

À CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Recife, 04 de dezembro de 2017

RECURSO: 20170032500189991

RECORRENTE: (nome ocultado)

Senhor Controlador,

(nome ocultado), na qualidade de recorrente, vem mui respeitosamente e dentro do prazo legal, com fundamento na Lei **12.527 de 18 de novembro de 2011**, interpor **RECURSO**, encaminhando à autoridade hierarquicamente Superior, Pedido de Acesso à Informação, com fulcro no art. 40 da Constituição Federal, na qual está consignada a LEI QUE REESTRUTURA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE – RPPS, Lei nº 17.142 de dezembro de 2005.

RAZÕES DO RECURSO

Cabe distinguir Licença Médica de agendamento de Perícia Médica. O **ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DO RECIFE, Lei 14.728, de 8 março de 1985**, dispõe sobre Licença para Tratamento de Saúde, a depender de inspeção médica, que deverá ser requerida na UPM, conforme a **Lei nº 17.142\2005**.

É importante destacar que os dispositivos normativos supramencionados, regulam os requisitos para o requerimento da Licença Médica, onde dispõe sobre o **prazo; documento** a ser apresentado; **local** onde deve ser requerida a licença e informa a **autoridade** responsável pela concessão da licença. No entanto, não regulam o **conteúdo normativo**, quando o servidor\paciente busca requerer.

Encontra-se no website da Prefeitura do Recife, Portal do Servidor, informações referentes ao agendamento de Perícia Médica, com a orientação de ligar para o número de telefone **3355-9389**.

Posteriormente, ao entrar em contato com a atendente da Unidade de Perícia Médica do Município - UPM, pelo telefone **3355-9389**, o servidor\paciente ao requerer a marcação de Perícia médica, se depara com um protocolo de perguntas, que determina a autorização do requerimento e o dia da Perícia médica.

Não se tem entendido porque não foi devidamente pontuado os itens do protocolo. Visto que, a questão do **período de dias** de afastamento, **descrito em documento médico, sabidamente sigiloso**, não é requisito de **conteúdo para agendamento administrativo**, mas **conteúdo restrito do Médico Perito**.

Pleiteia-se informações sobre o protocolo, **conteúdo formal, sequencial, completo, extensivo a todos os servidores\pacientes, previsto em Instrução Normativa**, exigido do servidor\paciente, no ato do requerimento de Licença Médica para Tratamento de Saúde.

Ante o exposto, reitero o pedido de Acesso à Informação
20170032500189991

Atenciosamente,